



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1006381-65.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
 Exequente: **Condominio Spazio Mont Royal**
 Executado: **Monica Braghin**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Fls. **138/139: HOMOLOGO O ACORDO** celebrado pelas partes, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais. Há resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, "b", do NCPC.

A penhora determinada na decisão de fls. 100/101, referente aos direitos aquisitivos da executada sobre o imóvel de matrícula nº 151.882, subsistirá como forma de garantia até o integral cumprimento do acordo.

Considerando que o acordo acima homologado não faz qualquer menção ao valor bloqueados às fls. 77/78 e depositado à fl. 81, e ainda considerando que houve a penhora sobre os direitos aquisitivos da executada, a qual assegura integralmente o valor da dívida, proceda a serventia, após o trânsito em julgado desta decisão e **decorrido o prazo estabelecido pelo provimento 68/2018, do CNJ, a expedição de mandado de levantamento em favor da executada**, referente ao depósito efetuado à fl. 81.

Aguarde-se o cumprimento, nos termos do art. 922 do NCPC. Em até 05 dias corridos da data estabelecida para o pagamento, deverá o credor peticionar nos autos, independente de intimação, para informar se houve ou não a quitação do débito. Sua inércia implicará o reconhecimento da solvência integral e consequente extinção nos termos do art. 924, inciso II do NCPC.

Não há custas finais, nos termos do art. 90, §3º, do CPC.

P.I.

São Carlos, 12 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**